



Programa de Concurso

**Acordo Quadro para Aquisição de
Autocarros Elétricos para transporte de
passageiros (categorias M2 e M3)**

AQ 04/2024

Conteúdo

Capítulo I – Objeto e Âmbito do Concurso	4
Cláusula 1ª – Modalidade e Objeto do Concurso	4
Cláusula 2ª - Entidade pública contratante	4
Cláusula 3ª – Órgão que tomou a decisão de contratar	4
Capítulo II – Apresentação das Propostas.....	4
Cláusula 4ª – Concorrentes.....	4
Cláusula 5ª - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento	5
Cláusula 6ª – Modo e prazo para a apresentação das propostas.....	5
Cláusula 7ª – Lista dos Concorrentes e consulta das propostas apresentadas	6
Cláusula 8ª - Documentos que constituem as Propostas	6
Cláusula 9ª – Proposta de Preço	8
Cláusula 10ª - Apresentação de Propostas Variantes.....	8
Cláusula 11ª – Prazo mínimo da obrigação de manutenção das Propostas.....	8
Capítulo III – Análise das Propostas	8
Cláusula 12ª - Critério de Adjudicação no Lote 1.....	8
Pontuação final.....	9
Fator Preço Total - PT	9
Fator Características Técnicas - CT	9
Subfator potência do motor - PM	10
Subfator binário do motor - BM.....	10
Subfator capacidade das baterias - CB	10
Subfator número de lugares do veículo - NL	10
Fator Prazos e Condições De Garantia - PG.....	10
Subfator prazo de garantia da carroceria.....	11
Subfator prazo de garantia do chassis	11
Subfator prazo de garantia das baterias de tração	11
Fator Prazo de Entrega	12
Cláusula 13ª - Critério de Adjudicação no Lote 2.....	13
Pontuação final.....	13
Fator Preço Total - PT	13
Fator Características Técnicas - CT	14
Subfator potência do motor - PM	14
Subfator binário do motor - BM.....	14
Subfator capacidade das baterias - CB	14
Subfator número de lugares do veículo - NL	15
Fator Prazos e Condições De Garantia - PG.....	15
Subfator prazo de garantia da carroceria.....	15
Subfator prazo de garantia do chassis	16

Subfator prazo de garantia das baterias de tração	16
Fator Prazo de Entrega	16
Cláusula 14ª - Critério de Adjudicação no Lote 3.....	17
Pontuação final.....	18
Fator Preço Total - PT	18
Fator Características Técnicas - CT	18
Subfator potência do motor - PM	19
Subfator binário do motor - BM.....	19
Subfator capacidade das baterias - CB	19
Subfator número de lugares do veículo - NL	20
Fator Prazos e Condições de Garantia - PG	20
Subfator prazo de garantia da carroceria.....	20
Subfator prazo de garantia do chassis	20
Subfator prazo de garantia das baterias de tração	21
Fator Prazo de Entrega - PE.....	21
Cláusula 15ª – Leilão Eletrónico	22
Capítulo IV – Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final	22
Cláusula 16ª – Relatório Preliminar de Análise das Propostas.....	22
Cláusula 17ª – Audiência Prévia	23
Cláusula 18ª – Relatório Final de Análise das Propostas.....	23
Capítulo V – Adjudicação	23
Cláusula 19ª – Notificação da Decisão de Adjudicação.....	23
Cláusula 20ª – Documentos de Habilitação	23
Capítulo VI – Disposições Gerais	25
Cláusula 21ª – Inscrição na Plataforma Eletrónica e acesso às peças.....	25
Cláusula 22ª – Assinatura Eletrónica	25
Cláusula 23ª – Apoio Técnico referente à Plataforma Eletrónica.....	25
Cláusula 24ª – Contagem dos Prazos na fase de formação do Acordo Quadro.....	25
Capítulo VII – Acordo Quadro	26
Cláusula 25ª – Minuta do Acordo Quadro.....	26
Cláusula 26ª – Reclamações contra a minuta.....	26
Cláusula 27ª – Celebração do Acordo Quadro	26
Cláusula 28ª – Caução.....	26
Anexos:.....	27
Anexo III – Características Técnicas	28
Anexo IV - Modelo de Declaração.....	33
Anexo V - Municípios que integram atualmente a Central de Compras e que ficam abrangidas pelo acordo-quadro.....	34

Capítulo I – Objeto e Âmbito do Concurso

Cláusula 1ª – Modalidade e Objeto do Concurso

1. O presente procedimento segue a tramitação do concurso público, nos termos do disposto nos artigos 130.º a 154.º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual), e é designado por “Acordo Quadro para Aquisição de Autocarros Elétricos para transporte de passageiros (categorias M2 e M3)” e considera-se contrato sem valor nos termos do n.º 9 do art.º 17.º do Código dos Contratos Públicos;
2. O presente procedimento tem por objetivo a seleção de concorrentes para a celebração de Acordo Quadro com vista à aquisição de autocarros elétricos para transporte de passageiros, em conformidade com as cláusulas técnicas descritas no caderno de encargos, na modalidade prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 252.º do Código dos Contratos Públicos, compreendendo os seguintes lotes:
 - a) Lote 1 – Autocarros elétricos Midi (potência de motor(es) ≥ 240 kW)
 - b) Lote 2 – Autocarros elétricos Standard A (potência de motor(es) ≥ 260 kW)
 - c) Lote 3 – Autocarros elétricos Standard B (potência de motor(es) ≥ 300 kW)
3. O Acordo Quadro resultante do presente procedimento disciplinará as relações contratuais futuras a estabelecer entre os concorrentes selecionados, as entidades adquirentes e a entidade gestora.
4. Quaisquer outras entidades que venham a integrar a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (doravante abreviadamente designada por CC-CIMRC), após assinatura do Acordo Quadro resultante do presente procedimento, podem aderir ao mesmo, nos termos legalmente permitidos, e efetuar as suas aquisições nas condições estabelecidas no Acordo Quadro.

Cláusula 2ª - Entidade pública contratante

A entidade pública contratante é a CIMRC, sita na Rua do Brasil, n.º 131, 3030-175 Coimbra, com os números de telefone (+351) 239 795 200 e com o endereço eletrónico: geral@cim-regiaodecoimbra.pt.

Cláusula 3ª – Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, nos termos do n.º 2 do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos, foi tomada por despacho do Primeiro Secretário Executivo Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

Capítulo II – Apresentação das Propostas

Cláusula 4ª – Concorrentes

1. É concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta.
2. Podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, qualquer que seja a atividade por elas exercida, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento nem

integrar outro agrupamento concorrente.

4. Todos os membros de um agrupamento concorrente são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
5. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo de responsabilidade solidária.
6. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento as entidades que se encontrem nas situações previstas no artigo 55º do CCP.

Cláusula 5ª - Esclarecimentos e retificações sobre as peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, podem apresentar uma lista na qual identifiquem os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:
 - a) O Júri prestará os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação das peças do concurso até ao final do prazo referido no número anterior.
4. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do concurso a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Cláusula 6ª – Modo e prazo para a apresentação das propostas

1. A participação no concurso depende do prévio registo do concorrente na plataforma eletrónica.
2. Os concorrentes podem apresentar proposta para um ou mais lotes.
3. Os documentos que constituem a proposta, referidos na Cláusula 8.º do programa de concurso, devem ser apresentados na plataforma eletrónica e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
4. Os documentos que constituem a proposta deverão ser autenticados através de assinatura eletrónica nos termos dos artigos 54.º, 64.º e 68.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, na sua redação atual.
5. A assinatura de pastas zipadas ou compactadas não equivale à assinatura dos documentos nelas contidos, mantendo-se a exigência prevista no número anterior.
6. A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos

concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção, que servirá de garantia da sua entrega.

7. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado devem retirá-las sempre que pretendam apresentar nova proposta dentro daquele prazo.

Cláusula 7ª – Lista dos Concorrentes e consulta das propostas apresentadas

1. O Júri, no dia imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicação da lista dos concorrentes na plataforma.
2. Os concorrentes incluídos na lista podem proceder à consulta de todas as propostas apresentadas na referida plataforma.
3. Os interessados que não tenham sido incluídos na lista dos concorrentes podem reclamar desse facto, no prazo de três dias úteis contados da publicação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas, ainda assim, a proposta do reclamante não se encontre disponível na plataforma eletrónica, o Júri fixa-lhe um novo prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos n.ºs 1 e 2 da presente cláusula.

Cláusula 8ª - Documentos que constituem as Propostas

1. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos, sob pena de exclusão:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão de 5 de janeiro de 2016, na sua redação atual, devidamente preenchido e assinado.
 - b) Declaração na qual sejam indicados os dados de informação geral do concorrente, os lotes a que concorre e os atributos, utilizando, para o efeito, o formulário constante do **ANEXO II** em formato xls, devendo ser enviado pelo concorrente **em formato PDF** com a designação “*Anexo II_[designação do concorrente].pdf*” e **em formato XLS** com a designação “*Anexo II_[designação do concorrente].xls*”;
 - c) Declaração a atestar o prazo de garantia do equipamento proposto, em cada lote, nos termos previstos na Cláusula 24ª do Caderno de Encargos, cominclusão obrigatória de:
 - Prazo de Garantia genérica do veículo;
 - Prazo de Garantia para a carroçaria (incluindo pintura);
 - Prazo de Garantia para o chassis (incluindo proteção anti corrosão);
 - Prazo de Garantia para baterias de tração;
 - Prazo para a realização das reparações ou substituições.
 - d) Declaração do concorrente, sob compromisso de honra, a atestar o prazo de entrega dos veículos propostos;
 - e) Declaração na qual sejam indicadas as características técnicas do equipamento proposto em cada lote, em conformidade com o modelo constante no **ANEXO III**, de preenchimento

obrigatório em todos os campos, devendo ser enviado pelo concorrente em formato pdf. com a designação “Anexo III_[designação doconcorrente]. pdf”;

- f)** Desenho cotado com as dimensões dos veículos propostos, em cada lote, que deve ser enviado em ficheiro com a designação “Desenho_dimensão_[designação_concorrente].pdf”;
- g)** Desenhos de pormenor das portas dos veículos propostos, em cada lote, e esquemas de funcionamento, que deve ser enviado em ficheiro com a designação “Desenho_portas [designação_concorrente].pdf”;
- h)** Memória descritiva contendo os aspetos da constituição e da operação do sistema de monitorização e telemetria, respetivas capacidades e funcionalidades disponibilizadas, em conformidade com o previsto no **Anexo A** do Caderno de Encargos, que deve ser enviada em ficheiro com a designação “MD_sistema_telemetria [designação_concorrente].pdf”;
- i)** Memória descritiva do Sistema Avançado de Assistência ao Motorista (ADAS), em conformidade com o previsto no Anexo A Caderno de Encargos, que deve ser enviada em ficheiro com a designação “MD_sistema_ADAS [designação_concorrente].pdf”;
- j)** Certidão ou certidões do registo de propriedade da marca em Portugal referente(s) ao(s) equipamentos/produto(s) para o(s) quais apresentam proposta, emitidas pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, que deveser enviada em ficheiro com a designação “RegMarca [designação_concorrente].pdf” ou;
- k)** No caso de o concorrente não ser titular do registo da propriedade da marca em Portugal, documento comprovativo de autorização pelo titular do registo da marca para a representação/comercialização do equipamento/produto proposto em Portugal, que deve ser enviado em ficheiro com a designação “autoriz_Marca_[designação_concorrente].pdf”;
- l)** Declaração do concorrente a atestar que, relativamente ao Certificado de Homologação, se compromete a dar cumprimento ao disposto no n.º 12 da Cláusula 30º, n.º 1 da Cláusula 23º e n.º 3 da Cláusula 25ª, todos do Caderno de Encargos.
- m)** Documento emitido por entidade independente, para cada um dos veículos propostos em cada lote, que comprove os testes reais SORT 2 (Standardised On-Road Test) em condições certificadas para veículos totalmente elétricos (E- SORT 2), devendo ser garantida uma quilometragem mínima 250 km, 350 km e 360km, respetivamente para os lotes 1 e 2.
- n)** Documento que revele o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do previsto no n.º 3 da Cláusula 22º do presente programa de procedimento;
- o)** Cópia da certidão do registo comercial da sociedade ou código de acesso à “Certidão Permanente” da sociedade, a qual corresponde à disponibilização em suporte eletrónico (art.º 14.º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de dezembro), no caso do concorrente ser uma pessoa coletiva.

- 2.** Os documentos a que se referem as alíneas anteriores deverão ser preenchidos na sua totalidade e apresentados através da plataforma eletrónica, sem efetuar quaisquer alterações à sua integridade, estrutura ou formato, devendo ser preenchidas apenas as “células” indicadas para preenchimento, não

devendo ser acrescentados quaisquer elementos ou informações adicionais.

3. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa, salvo os documentos que por especificidade técnica, podem estar redigidos em língua inglesa.
4. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos números anteriores devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinadas por todos os seus membros ou respetivos representantes.
5. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, deve ser preenchido um DEUCP por cada membro que o integra.
6. Não serão admitidas as propostas que apresentem bens e equipamentos que não cumpram os requisitos e especificações técnicas que constam do **Anexo A** do Caderno de Encargos.

Cláusula 9ª – Proposta de Preço

1. Os preços unitários dos bens e serviços objeto do Acordo Quadro a celebrar deve ser apresentado em euros, com apenas duas casas decimais, de acordo com o modelo constante do **ANEXO II** do programa de concurso, e não incluem Imposto Sobre o Valor Acrescentado (IVA).
2. O preço é indicado em algarismos para cada item supra solicitado.
3. Os preços propostos dos artigos têm de incluir todos os requisitos definidos no caderno de encargos.

Cláusula 10ª - Apresentação de Propostas Variantes

Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

Cláusula 11ª – Prazo mínimo da obrigação de manutenção das Propostas

O prazo mínimo de obrigação de manutenção das propostas é de 90 (noventa) dias.

Capítulo III – Análise das Propostas

Cláusula 12ª - Critério de Adjudicação no Lote 1

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as propostas economicamente mais vantajosas são as que apresentam pontuação final mais elevada, de acordo com os seguintes fatores e fórmulas:

Fator de avaliação	Ponderação
Preço total	30%
Características técnicas	15%
Prazos e condições de garantia	25%
Prazo de entrega dos bens	30%

Pontuação final

A pontuação final é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos fatores e subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela seguinte expressão:

$$PF = 0,3 PT + 0,15 CT + 0,25 PG + 0,3 PE$$

Onde:

PF – é o número de pontuação final

PT – é o número de pontos do fator preço total

CT – é o número de pontos do fator características técnicas PG – é o número de pontos do fator garantias

PE – é o número de pontos do fator prazo de entrega dos bens

Fator Preço Total - PT

A pontuação das propostas relativamente ao fator preço total, resulta da aplicação das fórmulas seguintes, onde “pt” é o preço total da proposta:

Para: $pt \leq 330.000€$

$$PT = (1890000 - pt) / 16000$$

Para: $pt > 330.000€$

$$PT = (366562,5 - pt) / 375$$

Fator Características Técnicas - CT

A pontuação das propostas relativamente ao fator características técnicas é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela fórmula seguinte:

$$CT = 0,1 PM + 0,1 BM + 0,4 CB + 0,4 NL$$

Onde:

CT – é o número de pontos do fator características técnicas PM – é o número de pontos do subfator potência do motor BM – é o número de pontos do subfator binário do motor

CB – é o número de pontos do subfator capacidade da bateria NL – é o número de pontos do subfator número de lugares

Subfator potência do motor - PM

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “pm” é a potência do motor em kW:

$$PM = (pm - 190) / 0,6$$

Subfator binário do motor - BM

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “bm” é o binário do motor em Nm:

$$BM = (bm - 2500) / 4$$

Subfator capacidade das baterias - CB

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “cb” é a capacidade das baterias em kWh:

$$CB = (cb - 160)$$

Subfator número de lugares do veículo - NL

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “nl” é o número total de lugares em unidades, excluindo o PMR:

$$NL = (nl - 49,5) / 0,125$$

Fator Prazos e Condições De Garantia - PG

A pontuação das propostas relativamente ao fator prazos e condições de garantia é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela fórmula seguinte:

$$PG = 0,3 GP + 0,3 GC + 0,4 GB$$

Onde:

PG – é o número de pontos do fator prazos e condições de garantia

GP – é o número de pontos do subfator prazo de garantia da carroceria
GC – é o número de pontos do subfator prazo de garantia do chassis
GB – é o número de pontos do subfator prazo de garantia das baterias

Subfator prazo de garantia da carroceria

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gp” é o prazo de garantia da carroceria em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GP = (gp + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GP = 110 pontos

Subfator prazo de garantia do chassis

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gc” é o prazo de garantia do chassis ou estrutura da carroçaria, incluindo proteção anti-corrosão, em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GC = (gc + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GC = 110 pontos

Subfator prazo de garantia das baterias de tração

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gb” é o prazo de garantia das baterias de tração em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GB = (gb + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GB = 110 pontos

Fator Prazo de Entrega

A pontuação das propostas relativamente a este fator resultando da aplicação da fórmula

seguinte, onde “pe” é o prazo de entrega da totalidade dos bens em meses:

Para prazos de entrega iguais ou superiores a 4 meses:

$$PE = (14 - pe) / 0,1$$

Para prazos de entrega inferiores a 4 meses: PE = 105 pontos Para prazos de entrega superiores 12 meses:

PE = 10 pontos

As pontuações serão calculadas com arredondamento até às centésimas.

1. Em caso de empate na pontuação final de uma ou mais propostas, o desempate será feito pelo critério da mais elevada pontuação aplicado sucessivamente a cada fator de avaliação, pela seguinte ordem até ser obtido o desempate:

1º Será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Preço Total;

2º Caso se mantenha o empate, será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Características Técnicas;

3º Caso se mantenha o empate, será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazos e condições de garantia

4º Caso ainda se mantenha o empate será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazo de entrega dos bens.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de se verificar igualdade entre duas ou mais propostas relativamente a todos os fatores, mantendo-se o empate na classificação das propostas, o desempate é determinado por sorteio a realizar em sessão pública, nos seguintes termos:

- Serão convidados a estar presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão estar devidamente mandatados para o efeito e fazer-se acompanhar de documento comprovativo dos poderes e qualidade em que atuam;
- O sorteio será realizado com recurso a tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1, as quais serão acondicionadas num saco preto;
- Os representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o ato do sorteio retiram, cada um, uma bola do saco: a primeira bola será retirada pelo representante do concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
- Terminado o processo de extração das bolas, ficará ordenada em primeiro lugar a proposta do concorrente que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as

restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;

- Em caso de falta de comparência no ato de sorteio ou de recusa em retirar a bola do saco por parte de qualquer um dos concorrentes, será o mesmo representado por um dos elementos do júri, designado pelo Presidente do júri.

Cláusula 13ª - Critério de Adjudicação no Lote 2

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as propostas economicamente mais vantajosas são as que apresentam pontuação final mais elevada, de acordo com os seguintes fatores e fórmulas:

Fator de avaliação	Ponderação
Preço total	30%
Características técnicas	15%
Prazos e condições de garantia	25%
Prazo de entrega dos bens	30%

Pontuação final

A pontuação final é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos fatores e subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela seguinte expressão:

$$PF = 0,3 PT + 0,15 CT + 0,25 PG + 0,3 PE$$

Onde:

PF – é o número de pontuação final

PT – é o número de pontos do fator preço total

CT – é o número de pontos do fator características técnicas PG – é o número de pontos do fator garantias

PE – é o número de pontos do fator prazo de entrega dos bens

Fator Preço Total - PT

A pontuação das propostas relativamente ao fator preço total, resulta da aplicação das fórmulas seguintes, onde “pt” é o preço total da proposta:

Para: $pt \leq 400.000€$

$$PT = (4300000 - pt) / 400000$$

Para: $pt > 400.000€$

$$PT = (436562,5 - pt) / 375$$

Fator Características Técnicas - CT

A pontuação das propostas relativamente ao fator características técnicas é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela fórmula seguinte:

$$CT = 0,1 PM + 0,1 BM + 0,4 CB + 0,4 NL$$

Onde:

CT – é o número de pontos do fator características técnicas
PM – é o número de pontos do subfator potência do motor
BM – é o número de pontos do subfator binário do motor

CB – é o número de pontos do subfator capacidade da bateria
NL – é o número de pontos do subfator número de lugares

Subfator potência do motor - PM

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “pm” é a potência do motor em kW:

$$PM = (pm - 175) / 0,9$$

Subfator binário do motor - BM

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “bm” é o binário do motor em Nm:

$$BM = (bm - 1100) / 22$$

Subfator capacidade das baterias - CB

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula

seguinte, onde “cb” é a capacidade das baterias em kWh:

$$CB = (cb - 175) / 2,5$$

Subfator número de lugares do veículo - NL

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula

seguinte, onde “nl” é o número total de lugares em unidades, excluindo o PMR:

$$NL = (nl - 52) / 0,3$$

Fator Prazos e Condições De Garantia - PG

A pontuação das propostas relativamente ao fator prazos e condições de garantia é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela fórmula seguinte:

$$PG = 0,3 GP + 0,3 GC + 0,4 GB$$

Onde:

PG – é o número de pontos do fator prazos e condições de garantia

GP – é o número de pontos do subfator prazo de garantia da carroceria GC – é o número de pontos do

subfator prazo de garantia do chassis GB – é o número de pontos do subfator prazo de garantia das baterias

Subfator prazo de garantia da carroceria

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula

seguinte, onde “gp” é o prazo de garantia da carroceria em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GP = (gp + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GP = 110 pontos

Subfator prazo de garantia do chassis

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gc” é o prazo de garantia do chassis ou estrutura da carroçaria, incluindo proteção anti-corrosão, em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GC = (gc + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GC = 110 pontos

Subfator prazo de garantia das baterias de tração

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gb” é o prazo de garantia das baterias de tração em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GB = (gb + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GB = 110 pontos

Fator Prazo de Entrega

A pontuação das propostas relativamente a este fator resultando da aplicação da fórmula seguinte, onde “pe” é o prazo de entrega da totalidade dos bens em meses:

Para prazos de entrega iguais ou superiores a 4 meses:

$$PE = (14 - pe) / 0,1$$

Para prazos de entrega inferiores a 4 meses: PE = 105 pontos Para prazos de entrega superiores 12 meses: PE = 10 pontos

As pontuações serão calculadas com arredondamento até às centésimas.

3. Em caso de empate na pontuação final de uma ou mais propostas, o desempate será feito pelo critério da mais elevada pontuação aplicado sucessivamente a cada fator de avaliação, pela seguinte ordem até ser obtido o desempate:

1º Será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Preço Total;

2º Caso se mantenha o empate, será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais

elevada no fator de avaliação Características Técnicas;

3º Caso se mantenha o empate, será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazos e condições de garantia

4º Caso ainda se mantenha o empate será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazo de entrega dos bens.

4. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de se verificar igualdade entre duas ou mais propostas relativamente a todos os fatores, mantendo-se o empate na classificação das propostas, o desempate é determinado por sorteio a realizar em sessão pública, nos seguintes termos:

- Serão convidados a estar presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão estar devidamente mandatados para o efeito e fazer-se acompanhar de documento comprovativo dos poderes e qualidade em que atuam;
- O sorteio será realizado com recurso a tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1, as quais serão acondicionadas num saco preto;
- Os representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o ato do sorteio retiram, cada um, uma bola do saco: a primeira bola será retirada pelo representante do concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
- Terminado o processo de extração das bolas, ficará ordenada em primeiro lugar a proposta do concorrente que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
- Em caso de falta de comparência no ato de sorteio ou de recusa em retirar a bola do saco por parte de qualquer um dos concorrentes, será o mesmo representado por um dos elementos do júri, designado pelo Presidente do júri.

Cláusula 14ª - Critério de Adjudicação no Lote 3

1. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa na modalidade multifator.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, as propostas economicamente mais vantajosas são as que apresentam pontuação final mais elevada, de acordo com os seguintes fatores e fórmulas:

Fator de avaliação	Ponderação
Preço total	30%
Características técnicas	15%
Prazos e condições de garantia	25%
Prazo de entrega dos bens	30%

Pontuação final

A pontuação final é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos fatores e subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela seguinte expressão:

$$PF = 0,3 PT + 0,15 CT + 0,25 PG + 0,3 PE$$

Onde:

PF – é o número de pontuação final

PT – é o número de pontos do fator preço total

CT – é o número de pontos do fator características técnicas PG – é o número de pontos do fator garantias

PE – é o número de pontos do fator prazo de entrega dos bens

Fator Preço Total - PT

A pontuação das propostas relativamente ao fator preço total, resulta da aplicação das fórmulas seguintes, onde “pt” é o preço total da proposta:

Para: $pt \leq 420.000€$

$$PT = (5100000 - pt) / 48000$$

Para: $pt > 420.000€$

$$PT = (456562,5 - pt) / 375$$

Fator Características Técnicas - CT

A pontuação das propostas relativamente ao fator características técnicas é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela fórmula seguinte:

$$CT = 0,1 PM + 0,1 BM + 0,4 CB + 0,4 NL$$

Onde:

CT – é o número de pontos do fator características técnicas
PM – é o número de pontos do subfator potência do motor
BM – é o número de pontos do subfator binário do motor

CB – é o número de pontos do subfator capacidade das baterias
NL – é o número de pontos do subfator número de lugares

Subfator potência do motor - PM

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “pm” é a potência do motor em kW:

$$PM = (pm - 210)$$

Subfator binário do motor - BM

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “bm” é o binário do motor em Nm:

$$BM = (bm - 700) / 4$$

Subfator capacidade das baterias - CB

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “cb” é a capacidade das baterias em kWh:

$$CB = (cb - 325)$$

Subfator número de lugares do veículo - NL

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “nl” é o número total de lugares em unidades, excluindo o PMR:

$$NL = (nl - 44) / 0,4$$

Fator Prazos e Condições de Garantia - PG

A pontuação das propostas relativamente ao fator prazos e condições de garantia é o resultado da soma ponderada do número de pontos dos subfatores de avaliação adiante apresentados, traduzida pela fórmula seguinte:

$$PG = 0,3 GP + 0,3 GC + 0,4 GB$$

Onde:

PG – é o número de pontos do fator prazos e condições de garantia

GP – é o número de pontos do subfator prazo de garantia da carroceria

GC – é o número de pontos do subfator prazo de garantia do chassis

GB – é o número de pontos do subfator prazo de garantia das baterias

Subfator prazo de garantia da carroceria

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gp” é o prazo de garantia da carroceria em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GP = (gp + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GP = 110 pontos

Subfator prazo de garantia do chassis

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gc” é o prazo de garantia do chassis ou estrutura da carroçaria, incluindo proteção anti-corrosão, em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GC = (gc + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GC = 110 pontos

Subfator prazo de garantia das baterias de tração

A pontuação das propostas relativamente a este subfator resulta da aplicação da fórmula seguinte, onde “gb” é o prazo de garantia das baterias de tração em anos:

Para prazos até 15 anos:

$$GB = (gb + 1,25) / 0,1625$$

Para prazos superiores a 15 anos: GB = 110 pontos

Fator Prazo de Entrega - PE

A pontuação das propostas relativamente a este fator resultando da aplicação da fórmula seguinte, onde “pe” é o prazo de entrega da totalidade dos bens em meses:

Para prazos de entrega iguais ou superiores a 4 meses:

$$PE = (14 - pe) / 0,1$$

Para prazos de entrega inferiores a 4 meses: PE = 105 pontos
Para prazos de entrega superiores 12 meses:
PE = 10 pontos

As pontuações serão calculadas com arredondamento até às centésimas.

1. Em caso de empate na pontuação final de uma ou mais propostas, o desempate será feito pelo critério da mais elevada pontuação aplicado sucessivamente a cada fator de avaliação, pela seguinte ordem até ser obtido o desempate:

1º Será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Preço Total;

2º Caso se mantenha o empate, será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Características Técnicas;

3º Caso se mantenha o empate, será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazos e condições de garantia;

4º Caso ainda se mantenha o empate será adjudicada a proposta que apresente a pontuação mais elevada no fator de avaliação Prazo de entrega dos bens.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, no caso de se verificar igualdade entre duas ou mais propostas relativamente a todos os fatores, mantendo-se o empate na classificação das propostas, o desempate é determinado por sorteio a realizar em sessão pública, nos seguintes termos:

- Serão convidados a estar presentes, em data, hora e local a indicar, os representantes das propostas empatadas, que deverão estar devidamente mandatados para o efeito e fazer-se acompanhar de documento comprovativo dos poderes e qualidade em que atuam;
- O sorteio será realizado com recurso a tantas bolas, numeradas sequencialmente, quanto as propostas em situação de empate, com início no número 1, as quais serão acondicionadas num saco preto;
- Os representantes dos concorrentes devidamente mandatados para o ato do sorteio retiram, cada um, uma bola do saco: a primeira bola será retirada pelo representante do concorrente cuja proposta foi apresentada mais cedo, e assim sucessivamente, até todos os concorrentes terem retirado uma bola;
- Terminado o processo de extração das bolas, ficará ordenada em primeiro lugar a proposta do concorrente que tenha extraído a bola com o número 1, ficando nos lugares subsequentes as restantes propostas de acordo com o número da bola extraída;
- Em caso de falta de comparência no ato de sorteio ou de recusa em retirar a bola do saco por parte de qualquer um dos concorrentes, será o mesmo representado por um dos elementos do júri, designado pelo Presidente do júri.

Cláusula 15ª – Leilão Eletrónico

Não há lugar a leilão eletrónico.

Capítulo IV – Relatório Preliminar, Audiência Prévia e Relatório Final

Cláusula 16ª – Relatório Preliminar de Análise das Propostas

1. Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação o Júri elabora um relatório preliminar fundamentado no qual deve propor a ordenação das mesmas.
2. No relatório preliminar, o Júri deve também propor a exclusão das propostas relativamente às quais se verifiquem alguma das situações a que alude o n.º 2 do artigo 146º do CCP.

Cláusula 17ª – Audiência Prévia

Elaborado o relatório preliminar, o Júri envia-o a todos os concorrentes para que, querendo, sepronunciem por escrito através da plataforma, no prazo que para o efeito lhes for fixado, não podendo o mesmo ser inferior a 5 (cinco) dias úteis.

Cláusula 18ª – Relatório Final de Análise das Propostas

Cumprido o disposto na cláusula anterior, o Júri elabora um relatório final fundamentado nosterms do disposto no artigo 148º do CCP.

Capítulo V – Adjudicação

Cláusula 19ª – Notificação da Decisão de Adjudicação

O órgão competente para a decisão de contratar notifica todos os concorrentes da decisão tomada, remetendo-lhes o relatório final de análise das propostas.

Cláusula 20ª – Documentos de Habilitação

1. Os adjudicatários devem entregar, nos termos do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, através da plataforma eletrónica, e no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, conforme Anexo III.
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra em nenhuma das situações de impedimento previstas nas alíneas a), b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, designadamente os seguintes documentos:
 - i. Registo Criminal da concorrente ou código de acesso ao mesmo;
 - ii. Registo Criminal dos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência e se encontrem em efetividade de funções, ou código de acesso às mesmas;
 - iii. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - iv. Certidão comprovativa em como se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - c) Documento comprovativo do registo no Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE), em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou, em alternativa, o respetivo código de acesso;
 - d) Identificação pessoal da(s) pessoa(s) que intervém(êm) no contrato;

- e) Indicação do interlocutor na execução do contrato e respetivos contactos: e-mail e telefone;
2. Quando os documentos a que se faz referência se encontrem disponíveis na Internet, os adjudicatários podem, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 3. Se algum dos adjudicatários for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados no n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.
 4. Caso o Adjudicatário se veja impedido, por facto a si não imputável, de cumprir de forma perfeita e integral as obrigações impostas em sede de habilitação deve invocar e justificar, de forma imediata, o impedimento e, logo que o mesmo cesse, proceder à regularização que se imponha.
 5. Fixa-se em 3 (três) dias o prazo para efeitos do disposto na alínea g), do n.º 1, do artigo 132.º do Código dos Contratos Públicos.
 6. Os documentos identificados nas alíneas a), c), d), e e) do n.º 1 do presente artigo devem ser assinados com recurso a assinatura eletrónica qualificada, nos termos da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 7. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o Adjudicatário submeter na plataforma eletrónica um documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º, da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
 8. Podem ainda ser solicitados aos adjudicatários quaisquer documentos comprovativos das habilitações ou certidões legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhes prazo para o efeito.
 9. No que se refere aos documentos solicitados nas alíneas d) e e) do n.º 1 do presente artigo, é classificada como confidencial a informação relativa aos dados pessoais, nos termos da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro.
 10. A Central de Compras da CIMRC, enquanto responsável pela celebração do presente acordo-quadro disponibiliza um sistema eletrónico de apresentação e atualização de documentos de habilitação aos cocontratantes em: <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, o qual permite a divulgação ou consulta do estado em que os mesmos se encontrem para as entidades que celebrem contratos ao abrigo daqueles acordos-quadro
 11. Nos termos do disposto nos n.ºs 8 e 9 do artigo 257.º do Código dos Contratos Públicos, o sistema eletrónico previsto no número anterior é de uso obrigatório para os cocontratantes do acordo-quadro, podendo ser dispensada a habilitação dos adjudicatários sempre que se celebrem contratos ao abrigo dos mesmos.
 12. A não atualização dos documentos de habilitação no portal da Central de Compras em <http://centraldecompras.cim-regiaodecoimbra.pt>, determina a suspensão do acordo-quadro relativamente ao cocontratante em incumprimento.
 13. No caso previsto no número anterior, o cocontratante que esteja em incumprimento, não poderá ser convidado pelas entidades adquirentes a apresentar proposta enquanto vigorar a suspensão do acordo-quadro.

Capítulo VI – Disposições Gerais

Cláusula 21ª – Inscrição na Plataforma Eletrónica e acesso às peças

1. A participação no concurso depende de prévia inscrição, gratuita, na plataforma eletrónica de contratação, designada apenas por plataforma, disponível em www.acingov.pt/.
2. O acesso ao procedimento e às peças do mesmo é gratuito e permite efetuar a consultade todos os atos do procedimento que devam ser publicados, bem como a apresentaçãode propostas.
3. O disposto no n.º 1 do presente artigo não é aplicável às entidades que já se encontremregistadas na plataforma.
4. A plataforma é o canal único de comunicações no âmbito do presente concurso.

Cláusula 22ª – Assinatura Eletrónica

1. Todos os documentos carregados na plataforma, incluindo os documentos que constituem as propostas, deverão ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada.
2. Os certificados a que se refere o número anterior são emitidos por uma entidade certificadora credenciada pela Autoridade Nacional de Segurança (informação disponível em www.gns.gov.pt).
3. No caso de os documentos serem carregados na plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante através de certificado de assinatura eletrónica qualificada em que não se possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, os Interessados devem proceder à junção de documento oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante, nos termos do disposto no n.º 7, do artigo 54.º Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. A falta de assinatura eletrónica nos documentos que constituem as propostas, bem como a não apresentação com a proposta do documento referido no número anterior, quando aplicável, é motivo de exclusão.

Cláusula 23ª – Apoio Técnico referente à Plataforma Eletrónica

1. Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao apoio técnico junto da entidade gestora da mesma, através dos contactos disponibilizados para esse fim no endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou através do telefone +351 707 451 451.
2. Encontra-se disponível, no endereço eletrónico referido número anterior, um manual de utilização da plataforma destinado a apoiar a participação de todos os interessados no procedimento.

Cláusula 24ª – Contagem dos Prazos na fase de formação do Acordo Quadro

1. À contagem de prazos na fase de formação do Acordo Quadro é aplicável o disposto no artigo 470º do CCP.
2. Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

Capítulo VII – Acordo Quadro

Cláusula 25ª – Minuta do Acordo Quadro

1. A minuta do Acordo Quadro é enviada eletronicamente ao adjudicatário, nos termos do presente programa, para aceitação.
2. Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 46º-A do CCP, caso a proposta de um determinado concorrente seja adjudicada em mais do que um lote, será celebrado um único Acordo Quadro no qual serão combinados todos os lotes adjudicados àquele Concorrente.
3. A minuta considera-se aceite pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subseqüentes à respetiva notificação.

Cláusula 26ª – Reclamações contra a minuta

1. São admissíveis reclamações contra a minuta quando dela constem obrigações não contidas na proposta ou nos documentos que servem de base ao concurso, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 102.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Em caso de reclamação a CIMRC comunica ao reclamante, no prazo de 10 (dez) dias, o que houver decidido sobre a mesma, entendendo-se que a indefere se nada disser naquele prazo.
3. Os ajustamentos propostos que tenham sido recusados pelo adjudicatário não fazem parte do contrato

Cláusula 27ª – Celebração do Acordo Quadro

1. O contrato de acordo-quadro deve ser celebrado, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da aceitação da minuta ou, consoante o caso, do conhecimento sobre a decisão da reclamação contra aquela, sem prejuízo do previsto no n.º 1 do artigo 104.º do Código dos Contratos Públicos.
2. A CIMRC comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, a data, a hora e o local em que se celebra o Acordo Quadro.
3. A CIMRC atribuirá uma referência de identificação ao Acordo Quadro.

Cláusula 28ª – Caução

1. Não haverá lugar a prestação de caução no âmbito da adjudicação para celebração de contrato de acordo-quadro.
2. No entanto, no âmbito dos procedimentos de aquisição pelas entidades adquirentes ao abrigo do acordo-quadro ("call-off"), haverá lugar à prestação de uma caução nos termos constantes do caderno de encargos e do artigo 254.º do Código dos Contratos Públicos à medida que as entidades adquirentes, abrangidas pela CC-CIMRC o requeiram.
3. Nos termos do número anterior o adjudicatário prestará caução relativamente a cada um dos lotes, no valor fixado pelas entidades adquirentes, em sede de convite, sendo no máximo 5% do preço contratual respetivo, sendo ainda aplicável o disposto nos artigos 90.º e 91.º do Código dos Contratos Públicos.
4. Para garantia do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pela celebração dos subseqüentes contratos de aquisição, o adjudicatário deverá prestar caução, sempre

que o preço contratual daqueles contratos for superior a 500.000,00€ (quinhentos mil euros).

Anexos:

Anexo I – Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);

Anexo II – Declaração a que se refere a al. b) da Cláusula 8ª;

Anexo III- Declaração a que se refere a al. e) da Cláusula 8ª;

Anexo IV - Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 da cláusula 20ª.

Anexo V – Municípios que integram atualmente a Central de Compras e que ficam abrangidas pelo acordo-quadro

O 1.º Secretário Executivo Intermunicipal

(Jorge Brito)

Anexo III – Características Técnicas

(a que se refere a al. e) do n.º 1 da Cláusula 8ª)

_____ [nome, número de identificação e morada], na qualidade de representante legal de _____
 _____ [firma, número de identificação fiscal e sede]¹, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do Caderno de Encargos relativo ao Acordo Quadro a celebrar na sequência do procedimento de Concurso Público Internacional para Aquisição de Autocarros Elétricos para transporte de passageiros (categorias M2 e M3), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada² se obriga a fornecer o equipamento em conformidade com o conteúdo do Anexo A do Caderno de Encargos e de acordo com as características constantes da sua proposta, designadamente:

ORGÃO/SISTEMA	DESCRIÇÃO
Identificação do Lote	
CHASSIS	
Marca e Modelo	
Tipo de chassis	
MOTOR DE TRACÇÃO	
Marca e Modelo	
Tipo de Motor	
Potência máxima [kW]	
Binário máximo [Nm]	
Relação peso/potência	
Localização no veículo	
Intervalos de manutenção em Km e/ou meses	

¹ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas; no caso de agrupamento concorrente, indicar [firmas, números de identificação fiscal e respetivas sedes].

² Suprimir a expressão "sua representada" no caso de o concorrente ser uma pessoa singular.

BATERIAS DE TRAÇÃO	
Marca e Modelo	
Tipo de tecnologia	
Capacidade [kWh]	
Tensão nominal [Volts]	
Autonomia	
Tempo de vida útil [anos] ³	
SISTEMA DE CARREGAMENTO	
Potência mínima de carregamento em corrente contínua	
PNEUS E JANTES	
Marca e Modelo dos pneus	
Tipo e medidas das jantes	
Nível de ruído em decibéis	
SISTEMA DE TRAVAGEM	
Dispositivos auxiliares de segurança que o sistema possui	
DIREÇÃO	
Marca e Modelo	
Tipo de direção	
SUSPENSÃO	
Sistema "de "kneeling" [SIM/NÃO]	
CARROÇARIA	
Marca e Modelo	
Tipo de tratamento anticorrosivo	

³ tendo em conta a realização de um ciclo completo de carga/descarga diário, com o carregador proposto para garantir a máxima vida útil das baterias.

SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO – AR CONDICIONADO	
Marca e Modelo	
Tipo de sistema	
Potência (capacidade refrigeração e aquecimento) [kW]	
DIMENSÕES E PESOS DO VEÍCULO	
Comprimento [mm]	
Altura total ⁴ [mm]	
Altura ao solo [mm]	
Altura ao solo de degraus de entrada e de saídas [mm]	
Largura [mm]	
Distância entre eixos [mm]	
Vias dianteira e traseira [mm]	
Ângulos de ataque da carroçaria [graus]	
Ângulo de saída da carroçaria [graus]	
Raios de viragem entre passeios e entre muros [mm]	
Cargas admissíveis sobre eixo da frente e 2.º eixo [Kg]	
Peso total admissível [Kg]	
REVESTIMENTO INTERIOR E EXTERIOR	
Material dos painéis laterais exteriores	
Painéis laterais modulares [SIM/NÃO]	

⁴ incluindo equipamentos instalados sobre o tejadilho, caso existam.

Material dos painéis laterais interiores	
Material do isolamento termo-acústico das laterais e do tejadilho	
Material do piso e seu revestimento	
Material do para-brisas	
Material do para-choques	
PORTAS	
Tipo de sistema	
Largura das portas de serviço [mm]	
Porta de motorista [SIM/NÃO]	
JANELAS E VIDROS	
Número de janelas de abrir	
Vidros das janelas laterais - Tipo	
Janela do motorista – Tipo	
LOTAÇÃO	
Lugares sentados ⁵ [quantidade]	
Lugares em pé com PMR [quantidade]	
Lugares em pé sem PMR [quantidade]	
Lotação total, incluindo motorista [quantidade]	
BANCOS DOS PASSAGEIROS	
Marca e Modelo	
Bancos rebatíveis [quantidade]	
Localização dos bancos rebatíveis	
INSTALAÇÃO ELÉTRICA	

⁵ Sem considerar bancos rebatíveis.

Baterias auxiliares [quantidade]	
Tipo/Tecnologia das baterias auxiliares	
Tensão nominal das baterias auxiliares [Volts]	
Capacidade das baterias auxiliares [Ah]	
PANÉIS INDICADORES DE DESTINO	
Marca e Modelo	
Painel Frontal [Número linhas LED x Número de linha LED verticais]	
Painel lateral Número linhas LED x Número de linha LED verticais]	
Painel traseiro Número linhas LED x Número de linha LED verticais]	
Dimensões exteriores dos painéis (Altura x Largura x Profundidade) [mm]	
Dimensões da janela de área útil da matriz LED (Altura x Largura) [mm]	

Data e assinatura de quem tenha poderes para vincular o concorrente:

Anexo IV - Modelo de Declaração

(Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos)

- 1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
- 2 - O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
- 3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo V - Municípios que integram atualmente a Central de Compras e que ficam abrangidas pelo acordo-quadro

- a) Município de Arganil;
- b) Município de Cantanhede;
- c) Município de Coimbra;
- d) Município de Condeixa-a-Nova;
- e) Município da Figueira da Foz;
- f) Município de Góis;
- g) Município da Lousã;
- h) Município da Mealhada;
- i) Município de Mira;
- j) Município de Miranda do Corvo;
- k) Município de Montemor-o-Velho;
- l) Município de Mortágua;
- m) Município de Oliveira do Hospital;
- n) Município de Pampilhosa da Serra;
- o) Município de Penacova;
- p) Município de Penela;
- q) Município de Soure;
- r) Município de Tábua;
- s) Município Vila Nova de Poiares.

Para além da CIM Região de Coimbra e dos municípios associados, integram ainda, nesta data, a Central de Compras da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, ficando também abrangidas pelo acordo-quadro, as seguintes entidades:

- a) Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra;
- b) SMTUC - Serviços Municipalizados dos Transportes Urbanos de Coimbra;
- c) ARCIL - Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã;
- d) APPACDM de Coimbra - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Coimbra;
- e) Fundação FEFAL - Fundação para os Estudos e Formação nas Autarquias Locais;
- f) APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., S.A.;
- g) AIRC - Associação de Informática da Região Centro;
- h) ABMG - Águas do Baixo Mondego e Gândara;
- i) ISMT- Instituto Superior Miguel Torga;
- j) ACRSS - Associação Cultural Recreativa e Social de Samuel;
- k) Centro Social Caeiro da Mata;
- l) Casa do Povo de Quiaios;
- m) Centro Social Sanctus Petrus – Gala;
- n) INOVA – Empresa de Desenvolvimento Económico e Social de Cantanhede, E.M., S.A.;
- o) Centro Social da Cova e Gala – IPSS;
- p) Centro Sócio-Cultural Polivalente S. Martinho – IPSS;
- q) Fundação Aurélio Amaro Diniz;
- r) Associação Goltz de Carvalho – IPSS;
- s) Casa do Povo da Marinha das Ondas – IPSS;
- t) Cáritas Diocesana de Coimbra.